



BOLETIM INFORMATIVO DA PARÓQUIA DE SANTO ANTÓNIO DOS CAVALEIROS

Director: *Pe. Frei Ricardo Raínho, O. Carm.* - ANO XII - II Série - Nº 98 - Janeiro de 2007

REFERENDO: SIM ou NÃO?

No próximo dia 11 de Fevereiro os portugueses serão consultados num referendo sobre o aborto. O nosso Bispo, o Senhor Cardeal-Patriarca de Lisboa, resolveu publicar, até à realização do referendo, uma série de textos que exprimem o seu pensamento acerca das questões levantados pelo aborto. A publicação destes textos, hoje o terceiro e quarto, pretende ajudar os cristãos da nossa comunidade a reflectirem e a meditarem mais profundamente sobre esta questão, para que a sua decisão seja o mais esclarecida e consciente possível.

III – Maternidade, grandeza e responsabilidade da mulher

1. Este período de esclarecimento das consciências em ordem à resposta a dar à pergunta que vai ser sujeita a referendo, sobre o alargamento legal do aborto voluntário, coincidiu com a Festa do Natal, nascimento de Jesus, Filho de Deus e da Virgem Maria. Maria, Mãe de Jesus, a “bendita entre todas as mulheres, porque é bendito o fruto do seu ventre”, convida-nos a meditar na grandeza da maternidade. O carácter misterioso do nascimento de Jesus, não retira a Maria a sua qualidade de Mulher-Mãe, em cujo ventre foi gerado e se desenvolveu o Homem Jesus de Nazaré. A mais sublime acção de Deus nas criaturas aconteceu no seio de Maria. Mas essa marca da acção de Deus nas criaturas, continua a acontecer sempre que uma mulher concebe e fica grávida, acolhendo no seu seio a mais maravilhosa obra da criação: o homem, outro homem, que prolonga o mistério da primeira criação. Cada mulher que concebe acolhe no seu seio o maravilhoso fruto do poder criador de Deus.

O facto da procriação humana se processar segundo dinamismos e leis precisos da natureza, hoje bastante conhecidos pela ciência, nada retira ao mistério da intervenção criadora de Deus, essa capacidade maravilhosa de comunicar a vida. Na maternidade, toda a mulher se auto-transcende, e toca a grandeza e a dignidade do mistério que está nela. Como em Maria, em toda a mulher a maternidade é uma missão, que não se exprime apenas na sua vontade, mas está profundamente impressa na sua natureza e no seu ser.

2. Tudo isto é simples e belo quando a maternidade é aceite e desejada, no seio da família radicada no amor. A maternidade é, então, um projecto de ambos os cônjuges, que se tornam pais, e pode elevá-los ao nível da contemplação e da beleza. Aliás, o sentido da paternidade só se encontra na maternidade, pois é no seio da mulher

que a fecundidade do casal se exprime e desabrocha num horizonte mais vasto da fecundidade do seu amor. O marido-pai é o primeiro a contemplar, com enlevo, o mistério da vida. A mulher-mãe é a fonte do sentido da própria paternidade. E ambos se encontrarão, num único amor, ao acolher e ajudar a crescer, o filho que geraram, participando, assim, no poder criador de Deus.

Mas na realidade da vida, a maternidade é também fonte de exigência e de sofrimento, ocasião de queda e de fraqueza, desafio de coragem e generosidade. É desafio contínuo ao sacrifício e ao dom, e por isso ela é, para a mulher, caminho de amor. A missão de ser mãe é cenário de grandeza e de heroísmo, mas também de fraqueza e de pecado. E em todas as circunstâncias a fraqueza da mãe assume uma dramaticidade especial, porque está em causa a vida de uma criança. Em todo o percurso dessa missão, a mãe precisa de ser ajudada, pela família, pelos amigos, pela Igreja, pela sociedade. E ajudar a mãe significa sempre salvar a criança. Quando a mãe se torna incapaz ou se recusa a fazê-lo, a sociedade deve substituí-la nessa obrigação de salvar as crianças. Sempre assim foi, de diversas formas; é importante que assim continue a ser.

3. A dificuldade de uma maternidade não desejada pode ser a primeira dificuldade a ser ultrapassada pela mulher-mãe. As motivações do aborto não estão cientificamente estudadas. Elas vão desde a atitude egoísta de quem não está disposto a abraçar as dificuldades de criar um filho, ao medo dessas dificuldades, à pressão exercida, tantas vezes pelo pai da criança e pelo ambiente que rodeia a mulher. Para as mulheres que sentem essas dificuldades, o início da maternidade é momento de opção séria, de coragem e confiança, ou de desistência e de derrota, que tantas vezes atinge toda a sua vida futura. Nesse momento, a mulher precisa de ser ajudada, objectivamente ajudada, para que faça a opção da coragem e do respeito pela vida que se gerou no seu ventre. Esta coragem do início é, tantas vezes, largamente compensada, em amor e alegria.

Pensar que se ajuda a mulher, nessas circunstâncias, facilitando-lhe o aborto, é grave erro de perspectiva, pois facilita-se-lhe a derrota, não a ajudando à vitória sobre a fraqueza sentida. Uma lei facilitante torna-se numa tentação acrescida para uma mulher a sentir dificuldades em assumir a sua maternidade. Uma senhora escrevia-me há dias: “eu sei que matei um filho; mas nessa altura ninguém me ajudou”. Se queremos ajudar, não facilitemos a derrota, a mais triste na vida de uma mulher.

4. A exigência da maternidade faz parte da construção cultural do respeito pela mulher, pela sua dignidade e grandeza da sua generosidade. E é preciso reconhecer que a mulher se sentiu muitas vezes sozinha nesta luta pela sua dignidade. Neste aspecto houve grandes mudanças antropológicas e culturais nos últimos dois séculos. Recordo um estudo sobre a mulher francesa no séc. XVIII: casava cedo (15-16 anos), a esperança de vida era de 34 anos. Durante os cerca de 20 anos que durava o seu casamento, tinha, em média, 16 gravidezes, de que sobreviviam 4 filhos. A maternidade sofrida definia a vida da mulher. Tanta coisa mudou: a mulher conquistou uma outra inserção na sociedade, tem o mesmo direito à educação e ao trabalho, o planeamento familiar permite-lhe maior decisão sobre a sua maternidade. Esta deixou de ser a única dimensão a definir o ser mulher. Mas com isto também se acentuou a dimensão de projecto individual, onde o filho, se não foi desejado e decidido, pode aparecer como obstáculo.

Este é o novo quadro cultural em que é preciso situar a ajuda à mulher. Com toda a evolução do seu estatuto cultural e social, ajudá-la a não perder de vista que a sua vocação maternal é o centro da construção da sua dignidade. E isto é, também, um projecto de sociedade, porque o é de educação colectiva, que inclui a vivência responsável da sexualidade, a protecção da família, o esclarecimento para o exercício de um planeamento da fecundidade ao nível da dignidade do amor e da pessoa humana.

Que ninguém se iluda: facilitar o aborto não é o caminho para construir uma cultura de respeito pela dignidade da mulher. Dizer “não” ao aborto é dizer “sim” à dignidade da mulher, pois é ela, mais uma vez, que carrega a tristeza de ser “culpada” e “vítima”.

IV - As verdadeiras soluções

1. Ao afirmarmos que a legalização do aborto não é a solução, nem legítima, nem eficaz, para enfrentar o drama do aborto clandestino, nem a resposta a dar às mulheres grávidas, que enfrentam com dificuldade a maternidade, aceitamos que nos perguntem: quais são, então, as verdadeiras soluções? Devemos procurá-las nos grandes valores da civilização cristã e de uma sociedade justa e humanista, que ponha os valores acima dos interesses.

2. O primeiro desses valores é o amor fraterno, que exige o domínio dos egoísmos individualistas e a generosidade para ajudar os outros, sobretudo os que enfrentam problemas e necessidades graves. A solidariedade, que no ideal cristão ganha a densidade da caridade, é o dinamismo fundamental da construção da comunidade e de uma sociedade solidária. Num estudo recente, feito pela Universidade Católica Portuguesa, à pergunta dirigida às mulheres, se, num caso de maternidade difícil, optariam pelo aborto ou por aceitar a ajuda para poder levar a termo a sua maternidade, 76% das inquiridas responderam que, se fossem ajudadas, não recorreriam ao aborto. Este é um desafio feito ao Estado, à sociedade e também à Igreja. Temos de encontrar soluções positivas, na linha da solidariedade e da ajuda fraterna. É preciso organizar uma rede de apoio, discreta mas eficaz,

de modo que toda a mulher a quem se coloque a tentação de recorrer ao aborto, saiba onde e a quem poderá recorrer, onde seja salvaguardada a sua intimidade e lhe seja garantida a ajuda de que precisa: espiritual, psicológica e material. Para nós cristãos, não passará também por aqui a tal “fantasia da caridade”?

3. Uma outra ordem de valores sobre a qual se pode construir uma solução, situa-se no âmbito da educação.

A educação deve propor um quadro de compreensão da vida humana, dos instintos à liberdade, que abra para a generosidade e para a responsabilidade. Conceber o exercício da liberdade numa perspectiva individualista, em que cada um pode fazer tudo o que quer e lhe apetece, não leva nem ao crescimento da pessoa, nem à edificação de uma sociedade justa e solidária. A sociedade fica confrontada com a necessidade de resolver, de forma pragmática e eficaz, os percalços e os problemas criados por uma liberdade individual sem responsabilidade. E assim nos acidentes de viação, nas agressões contra o ambiente, no abandono e abuso de crianças, no aborto. O exercício individualista da liberdade origina uma sociedade permissiva. O Estado gasta uma parte significativa das suas capacidades e energias a corrigir abusos da liberdade, e as leis que enquadram essa busca de soluções tendem a ser pragmáticas, não se enquadrando nos valores fundamentais de uma cultura que situe e motive a liberdade individual. Isso é tarefa da educação. O caso concreto do aborto toca num aspecto fundamental: a educação para a sexualidade, generosa e responsável, que encontra no amor o contexto positivo do seu sentido. Enquanto o ambiente for o de cada um fazer o que lhe apetece, o uso da sexualidade levará, cada vez mais, ao desrespeito da pessoa humana de que resulta: a violência familiar, o abuso de crianças, a sida, a utilização da mulher como objecto, os percalços indesejáveis na adolescência, o aborto. Acordemos todos para uma educação que promova a dignidade da pessoa humana, e esteja à altura da civilização que herdámos. Está na ordem do dia a equação do que deverá ser a educação sexual nas escolas. É bem-vinda e necessária. Mas se não se enquadrar nesta visão generosa da pessoa humana, ela poderá gerar mais permissivismo, mais violência, mais problemas. Um aspecto delicado é a educação para uma sadia regulação da própria fecundidade. A doutrina da Igreja, a este respeito, baseia-se no princípio da fecundidade responsável e generosa, no quadro do ideal cristão da castidade, que desafia os cristãos a viverem a sua sexualidade como experiência de amor generoso, no quadro da família, potenciada com a graça própria do sacramento do matrimónio. O não sancionamento ético, por parte da Igreja, de todos os métodos de regulação da fecundidade, não pode ser usado como argumento a favor do aborto. Eles dizem respeito à exigência do amor casto, caminho de santidade, situando-se no âmbito da consciência da pessoa, homem e mulher, não comprometendo a vida de outro ser humano, como no caso do aborto. São mandamentos diferentes na Lei de Deus: guardarás castidade é um mandamento, que é desafio para a vivência da própria sexualidade; e “não matarás”, que é exigência radical de respeito pela vida dos outros. Em termos religiosos ou simplesmente culturais, não haverá verdadeira educação sexual se não abrir para a perspectiva da castidade, concebida como vivência generosa e responsável da própria sexualidade. Este é o quadro cultural em que se construirão soluções, não apenas para o problema do aborto, mas para a estabilidade do casamento, para os desregramentos que impedem uma vida sadia e para a erradicação de todas as formas de violência que têm a sua origem numa sexualidade desregrada e egoísta. Durante toda a vida, a sexualidade tem de ser expressão de vida e caminho de felicidade.

† JOSÉ, Cardeal-Patriarca